



O caminho a seguir

Tribuna Liberdade de ensinar e aprender João Muñoz

No passado mês de outubro, um relatório divulgado pelo Tribunal de Contas veio demonstrar que o custo do aluno nas escolas do Estado é superior ao do ensino particular com Contrato de Associação (CA). Segundo este documento e em comparação com o ensino público, o CA é 399,44€ mais baixo por aluno, o que representa uma poupança para o Estado de mais de 21.000.000€ (para um universo de 53.000 alunos em CA).

O relatório apontava para um custo de 4522€ por aluno em CA nos 2.º e 3.º ciclos, valor que sobe para 4921,44€ por aluno no Estado. Importa referir que o CA não contempla o 1.º ciclo e inclui, entre outras não contempladas no valor indicado para o ensino público, despesas de investimento e amortizações de imobilizado.

Há dias, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) anunciou o resultado de um estudo elaborado por um grupo de trabalho independente nomeado em dezembro de 2011 com a missão de “efetuar os estudos necessários para o apuramento do custo real dos alunos do ensino público por ano de escolaridade”. O resultado não surpreendeu: apesar de não estarem contemplados nas contas apresentadas diversos custos – investimento (a ausência mais notória são os custos da Parque Escolar), manutenção das escolas, salários de alguns não docentes, entre muitos outros –, o estudo reforçou as conclusões do relatório do TC, ou seja: os alunos da escola pública custam mais ao Estado do que nas escolas com CA.

O Contrato de Associação afirma-se cada vez mais como uma modalidade de financiamento que convém ter em conta. Para o Estado, que não pode nem deve ter o monopólio da educação mas sim garantir escolas de qualidade, representa a oportunidade de reduzir custos sem pôr em causa a oferta de um ensino feito de rigor e excelência. Para as famílias, fica assegurada a liberdade e a confiança de poderem escolher o melhor projeto educativo entre a oferta disponível. Finalmente, para os alunos – porque são eles que aqui estão verdadeiramente em causa – é garantido um sistema de ensino de qualidade, em autonomia e responsabilidade.

Por eles, urge uma mudança no ensino, que introduza a liberdade de aprender e ensinar como elementos fundamentais do sistema, de modo a que o Estado garanta o acesso à escola que as famílias e os alunos preferem, em vez de financiar a escola que ele, Estado, quer.

Exige-se ao Ministério da Educação e Ciência que, de uma vez por todas, assuma que este direito, universal e constitucional, de as famílias escolherem a escola dos seus filhos sem estarem dependentes das suas capacidades financeiras, seja aplicado em Portugal, e assim reposta uma legalidade que está prometida no programa do governo e dos partidos que o formam.